

CONTRIBUIÇÃO DA FORMAÇÃO INICIAL PARA O PROCESSO DE INCLUSÃO NAS ESCOLAS PÚBLICA DE PORTO DOS GAÚCHOS: AS VOZES DAS ALUNAS EGRESSAS DO CURSO DE PEDAGOGIA DA UNEMAT – CAMPUS DE JUARA

ERLICH, Lenir dos Santos¹
FRENZEL, Marinalva Gomes Martins²
MELO, Cristiane de Jesus³
SILVA, Mariluce dos Santos⁴
SILVA, Neuza Aparecida da⁵

RESUMO: Este estudo tem como objetivo mostrar como está sendo a atuação dos egressos formados pela universidade de Juara UNEMAT nas instituições de ensino público do município de Porto dos Gaúchos e colocando em pauta a educação inclusiva que, no momento, representa um grande desafio para o sistema educacional desta cidade e do país todo. Mesmo a escola tendo uma boa estrutura e espaço para trabalhar com alunos especiais, falta muito para garantir acessibilidade, porque um dos objetivos da inclusão é fazer com que as escolas recebam a todos sem distinção de classe, raça, gênero, deficiência ou características pessoais. Não são os alunos que têm que se adaptar à escola e sim a escola que tem que se preparar para receber esses alunos especiais, capacitar os educadores e todos os profissionais para saber o necessário para, de fato, incluir todos e garantir acesso, permanência e sucesso. Este estudo traz uma breve reflexão sobre a história das pessoas com necessidades especiais ao longo da história, o percurso da luta pela inclusão e a caracterização das escolas inclusivas. Com foco mais específico nas universidades, um pouco das universidades brasileira e também mato-grossense, as leis que amparam e garantem aos alunos acesso nas escolas inclusivas com matrícula em salas regulares de ensino e também nas universidades.

Palavras-chave: Inclusão, Egressos, Universidade; Empirismo.

1-INTRODUÇÃO

¹ Pedagoga pela Universidade Federal de Mato Grosso. Professora na Creche Municipal Pequeno Príncipe em Porto dos Gaúchos-MT. E-mail: lenir-serlich@hotmail.com

² Pedagoga pela Universidade do Estado de Mato Grosso .Apoio Administrativo Educacional na Creche Municipal Pequeno Príncipe em Porto dos Gaúcho-MT. E-mail: nalva_frenzel@outlook.com

³ Pedagoga pela Universidade do Estado de Mato Grosso. Professora na Escola Municipal Gustavo Adolf Wilke em Porto dos Gaúchos –MT. E-mail: crisjmmm@hotmail.com

⁴ Pedagoga pelo Centro Universitário Internacional Uninter .Escola Municipal Gustavo Adolf Wilke em Porto dos Gaúcho-MT. E-mail: mariluce.ieq@hotmail.com

⁵ Pedagoga pela Universidade do Estado de Mato Grosso .Apoio Administrativo Educacional na Creche Municipal Pequeno Príncipe em Porto dos Gaúcho-MT. E-mail: neuza85_silva@hotmail.com

A escolha da pesquisa “contribuição da formação inicial para o processo de inclusão nas escolas públicas de Porto dos Gaúchos: as vozes das alunas egressas do curso de pedagogia da Unemat – campus de Juara” visa mostrar como os egressos estão trabalhando com alunos que tem algum tipo de necessidades especiais e muitas vezes estes alunos são vistos como incapazes de aprender e são tratados como deficientes intelectuais. Há algum tempo observando o comportamento das pessoas com necessidades especiais, constatamos que são tratadas como incapazes tanto no meio social como nas instituições de ensino, nos diversos ambientes, a opinião delas, geralmente, não é levada em consideração.

A inclusão da pessoa com necessidades especiais é prevista por lei não só nas escolas, mas em qualquer instituição que queira frequentar, e na escola ela tem o direito de ser tratada como um aluno “normal” e capaz de fazer qualquer coisa. Está comprovado que as crianças com NE se desenvolvem melhor em um ambiente comum e convivendo com crianças que não tem nenhuma NE e a aprendizagem se torna bem mais fácil quando a inclusão é feita de forma natural. Portanto, a importância da pesquisa evidencia-se explicitamente.

2- HISTÓRIA DA INCLUSÃO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NA SOCIEDADE: DA ANTIGUIDADE A ATUALIDADE

Segundo Gugel (2007) não se têm indícios de como os primeiros grupos de humanos na Terra se comportavam em relação às pessoas com deficiência. Tudo indica que essas pessoas não sobreviviam ao ambiente hostil da Terra. Basta lembrar que não havia abrigo satisfatório para dias e noites de frio intenso e calor insuportável; não havia comida em abundância, era preciso ir à caça para garantir o alimento diário e, ao mesmo tempo, guardá-lo para o longo inverno.

De acordo com Aranha (2001) em Esparta, os imaturos, os fracos e os defeituosos eram propositalmente eliminados. Consta que os romanos não aceitavam as crianças deformadas e indesejadas, essas crianças eram ironicamente descartadas, no lado externo do templo da piedade.

Com tudo podemos observar que ao longo da história as pessoas com NE sempre foram tratadas como pessoas indesejadas, e sempre a sociedade as escondendo do mundo. Segundo Gurgel (2011) na pré-história não se tem indícios

de que pessoas com deficiência sobreviviam devido à forma de vida que eles tinham. Já no Egito Antigo as pessoas com deficiência não tinham o menor impedimento para trabalhar, cantar, até mesmo dançar e também frequentar a alta sociedade.

Na Grécia houve diversas atitudes no tratamento de pessoas com deficiência. Primeiro elas eram escondidas para que as pessoas não pudessem ver depois os pais tinham permissão para matar ou colocar em um cesto e jogar no rio, e noutro período eram exploradas nas cidades vizinhas, pedindo esmolas. Tudo isso aconteceu até que veio o cristianismo, e segundo Aranha (1995), a deficiência foi atribuída ora a desígnios divinos, ora a possessão pelo demônio. Nos registros de Schwartzman (2003) a deficiência é satânica.

Ainda segundo Aranha (2001) com o advento do cristianismo, a situação se modificou, pois todos passaram a ser considerados filhos de Deus, possuidores de uma alma e, portanto merecedores de respeito à vida e a um tratamento carinhoso.

A bíblia traz referências ao cego, e também aos leprosos a maioria como pedintes ou rejeitados pela comunidade, seja pelo medo da doença ou porque as pessoas pensavam que Deus estava punindo os doentes. Com isso as pessoas com deficiência físicas ou mentais eram ignoradas a sua própria sorte, buscando a sobrevivência na caridade das outras pessoas.

Ainda segundo Aranha (2001) devido à organização da sociedade, ocorreu um processo decisivo para a humanidade, manifestações populares em toda a Europa e dentro da própria igreja católica começaram a questionar o abuso de poder e a inconsistência entre o credo e ação e com isso deu início a inquisição católica e a reforma protestante. Esse processo foi aumentando e colocando em risco o poder da igreja católica, na tentativa de se protegerem a igreja passou a caçar essas pessoas em nome de Deus e as chamarem de “hereges” e “endemoniadas”, com tudo isso, essas pessoas ainda eram torturas e chegavam a ser queimadas em fogueiras.

Segundo o próprio Martinho Lutero, um dos principais articuladores da reforma protestante, “o homem é o próprio mal quando lhe faleça a razão ou lhe falte a graça celeste a iluminar-lhe o intelecto” (PESSOTI,1995, p.5).

Aranha (2001) afirma que após a reforma protestante dois sistemas políticos-religiosos passaram a coexistir, mas ambos concebiam a deficiência como um fenômeno metafísico, de natureza negativa, ligado a rejeição de Deus, através do

pecado, ou possessão demoníaca. Com essa reforma mudaram-se algumas coisas, mas a realidade das pessoas com deficiência continuava a mesma e continuavam a viver da caridade alheia.

Outra crítica importante referia-se à expectativa de que a pessoa com deficiência se assemelhasse ao não deficiente, como se fosse possível ao homem o “ser igual” e como se ser diferente fosse razão para decretar a menor valia enquanto ser humano e ser social. (ARANHA, 2001, p.17).

Foi no século XVII que a relação da sociedade com as pessoas com NE passou a ser diferente, e passou a ser caracterizada por iniciativas de institucionalização de tratamentos médicos e de busca para estratégias de ensino.

Mesmo assim, a deficiência mental continuava sendo considerada hereditária e incurável e assim, as pessoas com deficiência mental eram deixadas em hospícios, albergues, asilos ou cadeias locais, e as com deficiência física eram cuidadas pela família ou colocadas em asilos. (RUBIN & ROESSLER, 1978, p. 7).

Kanner (1964, p.5), relatou que “a única ocupação para os retardados mentais encontradas na literatura antiga é a de bobo ou de palhaço, para a diversão dos senhores e seus hóspedes”. Desta forma,

Na idade média, os portadores de deficiência foram considerados como produto da união entre uma mulher e o demônio. Lutero, que viveu no século XVI, propunha que a criança deficiente e sua mãe fossem queimadas, pois somente entendia o nascimento de uma criança defeituosa como o resultado desta união malévol; de que outra forma se poderia entender o nascimento de uma criança deste tipo? (SCHWARTZMAN, 2003, p. 4).

Por uma razão ou por outra, a atitude principal da sociedade com relação aos deficientes era de intolerância e de punição, representada por ações de aprisionamento, tortura, açoites e outros castigos severos.

Foi no início do século XV, com a revolução burguesa, que as ideias foram mudando. Com a derrubada das monarquias e a queda da hegemonia da igreja católica os deficientes passaram a ser vistos como indivíduos não produtivos e a demência e a amênia deixaram de serem vistas como problema teológico e moral e passaram a serem vistas como problema de saúde.

Na Idade Moderna foi criada a linguagem de sinais para ajudar os surdos a se comunicarem, e médicos começaram a estudar a cura de várias doenças que também limitavam as interações humanas. Em 1819 surgiu o braille feito para os

soldados usar na guerra. A ideia foi rejeitada, então Charles Barbier usou com os cegos. (GUGEL, 2007).

No século XX aconteceram muitas mudanças para as pessoas com alguma deficiência; com a ajuda da tecnologia a invenção e descoberta, por exemplo, de aparelhos e dos tratamentos. Atualmente existem leis que amparam essas pessoas, hospitais especializados, muitas organizações que ajudam. Os direitos dos deficientes físicos são garantidos por lei.

3- HISTORICO DA INCLUSAO NAS UNIVERSIDADES

Segundo Ferrari & Sekkel (2007), as universidades foram construídas historicamente, a fim de dar suporte às transformações sociais de cada momento e de cada cultura que se inseriam, nas criações das universidades brasileiras temos a influência de três modelos: francês, alemão e norte-americano. O modelo francês tem origem na criação da universidade de Paris, no século XII, que surgiu a partir da congregação de professores autônomos numa corporação de ofícios (forma medieval de organização), na busca de um espaço de atuação com maior autonomia, diferentemente das escolas dos mosteiros e catedrais. A autonomia universitária tem origem nesse momento histórico.

Era este tipo de autonomia que os professores desejavam, e é basicamente a mesma que marcou toda sua história posterior. Isto é, exercer fora da igreja, o ofício de ensinar, o direito a admitir aprendizes, de formar novos mestres, fornecendo diplomas reconhecidos. Trata-se, de fato, do que hoje chamamos de liberdade acadêmica. (DURHAM, 2005, p.6).

Ainda na França somente no século XIX, com a vitória das ideologias liberais, a liberdade acadêmica foi de novo valorizada, surgindo então o modelo de universidade laico-estatal, cujo modelo se origina da universidade de Berlim e trás um forte componente hierárquico.

Das primeiras universidades, ainda no século XII. Já neste primórdio, verificamos que as universidades respondem as forças sociais muito amplas, e surgem quase ao mesmo tempo em diferentes países. O caso da universidade de Paris é exemplar, e merece uma menção especial porque foi o modelo que se generalizou mais amplamente na Europa e demonstra como a questão da autonomia já estava presente no início da história das universidades. (DURHAM, 2005, p.9).

Já no modelo Alemão, a forma de administração é rigidamente estabelecida pelo governo, docentes e administrativo são funcionários públicos, e o currículo estabelecido pelo governo, o sistema educacional é dois e finaliza a escola primária.

Os alunos se dividem em dois grupos: os que vão para a Gymnasium, que antecedem a universidade, cuja formação é exigente em termos humanísticos e científicos, e os que vão para a escola vocacional, voltada para o mercado de trabalho. Percebemos que tanto o modelo francês como o alemão organiza-se de modo que ele seja destinado a poucos alunos.

Há, na cultura alemã, uma grande valorização da atividade intelectual e uma constante preocupação, por parte do estado com a qualidade do ensino. O controle do governo sobre a vida acadêmica está basicamente dirigido para assegurar a qualidade da formação universitária, o que deu origem a exames de estado em diferentes estágios da formação: antes do ingresso na universidade, na metade e no final do curso, além das habilidades essenciais para o ingresso no serviço público e, portanto, para a própria universidade. (DURHAM, 2005, p.17).

Assim a liberdade e a autonomia universitária se restringem apenas ao grupo de catedráticos, que por sua vez ensinam para um grupo de alunos que terminados os estudos constituíram essa mesma elite acadêmica, o modelo cátedras esteve presente nas universidades brasileiras até a reforma de 1968, já o modelo dual da Alemanha chegou a ser institucionalizado no Brasil, mas vingou apenas no ensino secundário, e até hoje o ensino vocacional não é valorizado entre nós.

Já o modelo norte-americano de ensino influenciou as reformas universitárias em quase todos os países nas décadas de 60 e 70. Também teve como objetivo ampliar o acesso ao ensino superior, sendo que fez o que melhor resolveu o desafio do ensino em massa, esse é o modelo que lidera as pesquisas mundiais, adotado por muitas universidades até pelas melhores universidades do mundo, trata-se de um modelo público e não estatal financiado por fundos comunitários, por doações do governo estatal, doações privadas, e complementadas pela cobrança de matrículas.

Entretanto o desempenho satisfatório (e mesmo brilhante) do sistema universitário norte-americano depende de fatores culturais que dificilmente podem ser reproduzidos em outros países. O mais importante deles talvez seja a intensa competição que permeia todo o sistema: por prestígio, por alunos promissores, por professores de renome internacional e, inclusive, por sucesso em competições esportivas. Este espírito competitivo envolve uma constante renovação de docentes e processos de atração dos graduados mais promissores para a formação profissional e pós-graduada. (DURHAM, 2005, p.23).

Ainda segundo Ferrari & Sekkel (2007) no Brasil diferente dos outros países da América latina, a criação das universidades foi tardia, em 1920, o governo federal instituiu a universidade do Rio de Janeiro a partir da junção de escolas já existentes que, muito embora continuassem a funcionar de forma isolada, posteriormente foram criadas outras universidades, a universidade de São Paulo em 1934, a universidade do distrito federal em 1935, que importava o modelo de cátedras e trouxeram professores do exterior.

Os manifestos dos pioneiros da educação nova, em 1932, lançaram as bases da concepção de universidade com tríplex função, pesquisa docente e extensão, e enfatizou o lugar central da pesquisa, este documento criticava as instituições existentes até então cujo objetivo principal era formação profissional.

Podemos observar com esses três modelos de universidade citada no texto que a universidade ela foi criada para um grupo específico da elite onde o objetivo maior era capacitar este grupo para dar continuidade aos trabalhos daquela elite de pessoas, somente a norte americano que se destaca tendo por objetivo alcançar o maior número de acadêmicos possíveis.

De acordo com Ferrari & Sekkel (2007) cursar a universidade passa a significar status para parcela da classe media brasileira a partir do final da década de 50, aliada a aquisição de um conhecimento específico e também a situação profissional bem remunerada e socialmente valorizada graças ao diploma de nível superior, esse foi o cenário da primeira expansão do ensino superior no país, assistimos ao longo do século XX, ao sucateamento das escolas de ensino fundamental, ao lado de um exame de vestibular rigoroso com características fortemente seletivas para a universidade o que levaram somente alunos que tiveram boas escolas e chegar ao nível superior, excluindo assim os alunos que frequentaram escolas públicas em situação de calamidade sem nenhum recurso e dando privilégio para os alunos que estudavam em escolas particulares.

A partir da segunda metade da década de 1990, houve uma expansão do ensino superior, no Brasil agora desordenada com ênfases na universidade particular que chegaram a ter 70% das vagas oferecidas nesta modalidade de ensino, esse aumento de vagas no ensino particular teve como uma de suas consequências o surgimento de uma nova situação, em que vários cursos passaram

a oferecer mais vagas do que os candidatos nelas inscritos. (FERRARI e SEKKEL, 2007).

De fato é possível notar que universidade desde sua criação, na Europa medieval, tem mantido, como marca a autonomia administrativa e didática - científica, dentro da esfera legal, as transformações, tanto na forma como nos objetivos do ensino superior, levaram a necessidade de uma nova reforma universitária, atualmente em cursos no nosso país .

As reformas universitárias atualmente em curso devem levar em conta essas questões tendo em vista que a universidade possui limites, mas deve ao mesmo tempo preencher as demandas sociais de inclusão, respeitando sempre o direito de um acadêmico cursar um curso de nível superior tendo a possibilidades não só do acesso, mas também da permanência.

3.6- Trabalhando a inclusão na Universidade – UNEMAT, campus de Juara.

Para realização da pesquisa foi feito uma análise da grade curricular da Unemat de Juara com foco nas disciplinas de Fundamentos Metodológicos da Educação Especial-Libras I e Fundamentos Metodológicos da Educação Especial-Libras II, pois são as disciplinas ofertadas no curso voltadas para a Educação Inclusiva, com o intuito de preparar as/os acadêmicas/os para atuar na sala de aula.

Segundo a ementa da UNEMAT, educação inclusiva parte de uma filosofia, segundo a qual todas as crianças podem aprender e fazer parte da vida escolar e comunitária. Neste sentido, a diversidade é valorizada, pois se acredita que essa diversidade fortaleça os alunos e lhes ofereça oportunidade para a aprendizagem. Deficiência como fenômeno socialmente construído. Normalidade e deficiência: Discriminação e diferença. Estigma e identidade. Evolução histórica da educação especial no Brasil. Princípios norteadores da educação especial, legislação e normas. Programas de atendimento. Formação de recursos humanos. Língua brasileira de sinais. Compreender a substituição do paradigma educacional. Um estudo centrado nas diferenças e nas limitações do sujeito, para o paradigma interacionista, que focaliza as potencialidades do sujeito e investe no seu desenvolvimento, possibilita o seu convívio em sociedade e a conquista da autonomia para o desenvolvimento do seu papel social.

Algumas das referências bibliográficas são: Vygotsky, Diretrizes e Bases da Educação, Diretrizes Nacional para a Educação Especial na educação básica, Fonseca, Fontana entre outras.

Uma das noções centrais da inclusão em escolas é ser aceito na comunidade social da escola, interagindo com os colegas e participando de atividades regulares. As escolas precisam construir uma política que promova esse pensamento em todos os níveis do funcionamento escolar. Encorajar a interação social, a participação e os relacionamentos são uma maneira de programar essa política. (PACHECO, 2007, p 51).

A escola que trabalha a inclusão não ajuda só os alunos especiais, mas sim todos os alunos dessa instituição, aprendendo a aceitar e também incluir. “A escola que pretende ser inclusiva deve se planejar para gradativamente programar as adequações necessárias, para garantir o acesso de alunos com necessidades educacionais especiais”. (ARANHA, 2004, p. 07).

Uma escola inclusiva é aquela que não está pronta só para receber alunos com NE, mas qualquer aluno que necessite de um atendimento diferenciado, e possa ser incluso na instituição de maneira natural, facilitando assim a aprendizagem do mesmo. “A escola inclusiva é aquela que conhece cada aluno, respeita suas potencialidades e necessidades, e a elas responde, com qualidade pedagógica”. (ARANHA, 2004, p. 08).

A inclusão tem que ser pensada não somente para facilitar a vida das crianças e alunos especiais, mas também para tornar os alunos de toda a instituição de ensino mais abertos às diferenças, e assim desde pequenos desenvolverem uma visão solidária e não preconceituosa.

A aprendizagem e o conhecimento, na medida em que são pensados a partir do contexto e não apenas a partir de um determinado aluno, entende-se que todas as crianças podem se beneficiar com a implantação de uma adaptação curricular, a qual funciona como instrumento para programar uma prática educativa para a diversidade. (ARANHA, 2004).

E assim depende, não só de uma pessoa, mas de toda uma instituição para se trabalhar a inclusão. Assim, uma escola somente poderá ser considerada inclusiva quando estiver organizados para favorecer a cada aluno, independentemente de etnia, sexo, idade, deficiência, condição social ou qualquer outra situação. Um ensino significativo é aquele que garante o acesso ao conjunto

sistematizado de conhecimento como recurso a serem mobilizados. (ARANHA, 2004, p. 07).

Quanto mais conhecimento o professor tiver sobre inclusão, mais facilidade terá para trabalhar em sala de aula. Considerando que, no contexto de inclusão escolar, as salas de aula serão compostas por alunos com características bastante diversas, com diferentes potencialidades, necessidades e interesses, o professor precisa, mais do que nunca, ter habilidades de manejo de sala de aula. O manejo envolve modificações no ambiente físico da sala de aula, assim como controle de relacionamento, conduta e conteúdo. (SILVA, 2010, p.163).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No estudo do tema fizemos um pequeno histórico da educação especial ao longo da história, abordando também a educação inclusiva e também um pouco do histórico das universidades no mundo depois no Brasil até chegar em Mato Grosso. Ao realizar esta pesquisa tivemos contato com professores que se formaram na segunda turma de pedagogia até os que se formaram no ano de 2013, e podemos observar que as inquietações e dúvidas são parecidas, o que faltou na formação das primeiras turmas segundo os pesquisados está faltando até hoje que é um contato maior com a realidade da educação especial.

Registramos que os profissionais têm boa vontade em fazer com que sua atuação com alunos especiais seja da melhor forma possível, podemos observar que apesar do susto que todos relataram ao se deparar com a educação inclusiva souberam buscar suporte para atender seus alunos e incluí-los como diz a lei.

Ao concluir a pesquisa avaliamos que os objetivos foram alcançados, não da forma que gostaríamos, com todos os egressos falando que todos os conteúdos estudados na academia para o sucesso deles na sala de aula com a inclusão mais perceberam com a fala de todos que o que de fato falta é o contato direto com alunos especiais.

Percebemos que a legislação é conhecida por todos e também tem conhecimento de que é necessário incluir sim e não somente inserir o aluno no ensino regular, o que nos deixa feliz é a inquietação desses egressos em fazer um trabalho bem feito com os seus alunos.

Verifica-se na disciplina: Fundamentos e metodologia da educação especial II- Libras- 3.1.0.0 – créditos – 60 horas. Ementa: normalidades e deficiências. O aluno com necessidade educacional especial (histórico, conceito e categorias) educação especial (Diretriz Curricular Nacional de Educação Especial para a educação básica: conceito, educando, serviços de apoio pedagógico especializado) educação especial e fundamentação legal. Integração e inclusão. Deficiência: mental, auditiva, visual, física e múltipla (conceito, causas, categorias, identificação, sinais, indicadores).

Também os procedimentos metodológicos e o papel da família, condutas típicas (conceitos, causas, categorias, identificação, sinais indicadores, procedimentos metodológicos e o papel da família). Altas habilidades (conceitos, causas, tipos, identificação, sinais indicadores). A escola como espaço inclusivo adaptações curriculares e o aluno com necessidades educacionais especiais na educação infantil e nas séries iniciais do ensino fundamental. A pessoa com deficiência e o mundo do trabalho.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARANHA, Fabio & SALETE, Maria. **EDUCAÇÃO INCLUSIVA: v.3: A escola/coordenação geral SEESP/MEC: organização Maria Salete Fábio Aranha – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2004.**
- ARANHA, Fabio & SALETE, Maria. **Paradigmas da revelação da sociedade com as pessoas com deficiência.** Artigo publicado na revista do ministério público do trabalho, Ano XI, no. 21, março, 2001, p.160-173.
- ARANHA, M. S. F. **Educação inclusiva: transformação social ou retórica?** Marília: Fundepe, 2004.
- BRASIL. LDB: **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional/** Secretaria de Estado de Educação. Cuiabá: SEDUC, 1997.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica/** Secretaria de Educação Especial – MEC: SEESP, 2001. 79 p. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/diretrizes.pdf> Acesso em: 02 Mai 2016.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Reforma universitária.** Disponível em <http://www.mec.gov.br/reforma/feito.asp>. Acesso em 17 jul. 2015
- DECLARAÇÃO DE SALAMANCA.** *Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativa especiais.* Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf> 06/11. Acesso em 15 de out. 2014

DURHAM, F. R. **A autonomia Universitária extensão e limites**. Disponível em: <http://www.iea.usp.br/midiateca/foto/eventos-2004/> Acesso em 12 nov. 2014.

FERRARI, MARIAN A.L.DIAS. SEKKEI, Marie Claire.. **Educação no ensino superior: Um novo desafio**. Artigo, Revista Psicologia ciência e profissão, 2007.

GUGEL, Maria Aparecida. **A pessoa com deficiência e sua relação com a história da humanidade**. Disponível em www.ampid.org.br/artigos/PD_Historia.php. Acesso em: 15 out. 11.

INCLUSÃO: Revista da educação especial/ Secretaria de educação especial. V.1, n.1(out. 2005). Brasília: Secretaria de educação especial, 2005.

KANNER, Léo. **A history of the care and study of the mentally retarded**. Springfield, Illinois: Charles C. Thomas Publisher. 1964.

MATO GROSSO. Projeto **Político Pedagógico da Universidade do Estado do Mato Grosso-UNEMAT**. Ano. 2012.

PACHECO, José. **Caminhos para a inclusão**. Porto Alegre: Artmed, 2007.

PESSOTTI, I. **A loucura e as épocas**. Rio de Janeiro: Editora 34.1995

RUBIN, S.E. & ROESSLER, R.T. **Foundations of the vocational rehabilitation process**. Baltimore: University Park Press, 1978.

SCHWARTZMAN, J. S. **Síndrome de Down**. São Paulo: Memnon/ Mackenzie, 2003.

SILVA, Aline Maira Da. **Educação especial e inclusão escolar: história e fundamentos**. Curitiba: IBPEX, 2010.